



**EPEPE**  
ENCONTRO DE PESQUISA  
EDUCACIONAL  
EM PERNAMBUCO

Educação e Desenvolvimento  
na Perspectiva do Direito à Educação

Eixo temático: Formação de professores e práticas pedagógicas

## **A PRÁTICA PEDAGÓGICA NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO**

Maria José Calado

**Gerência Regional de Educação Metropolitana Sul**

Glória Maria Alves Machado

**Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco**

### **RESUMO**

Na Educação Especial, o marco diferenciador no contexto atual é o Atendimento Educacional Especializado (AEE), pois ele traz uma prática pedagógica voltada para uma proposta com base nos pressupostos legais que orientam a educação inclusiva. O presente artigo, resultante de uma pesquisa que investiga se a prática pedagógica de professores do atendimento educacional especializado, de uma escola de ensino fundamental no município de Igarassu, considera os pressupostos legais que orientam essa prática, tendo em vista que de forma empírica, percebemos que a mesma, em sua maioria, não considera os pressupostos legais que orientam essa prática. Neste sentido, estamos realizando uma pesquisa voltada para o levantamento e a análise de subsídios que fundamentam a prática pedagógica no AEE, na perspectiva do professor fazer uma (re) leitura da mesma a partir da mudança dessa prática considerando a legislação, no que corresponde a condição diária do trabalho escolar. Acreditamos que uma prática a base de pressupostos legais, permite ao professor do AEE, o desvelar de enigmas que dificultam o trabalho e que possivelmente sem ele, o estereótipo da deficiência nos estudantes, nunca se esvairia.

Palavras-chave: Prática pedagógica. Atendimento Educacional Especializado. Prática pedagógica no AEE

### **Referencial Teórico**

No contexto da Educação Especial como modalidade de educação escolar, refletir sobre a prática pedagógica no Atendimento Educacional Especializado (AEE) tem especial significado, pois nesta modalidade de ensino, ensinar é mais que transmitir conhecimentos, é favorecer ao estudante público alvo da Educação Especial a condição necessária para seu desenvolvimento, é possibilitar que este mesmo estudante, se conduza pela vida de forma

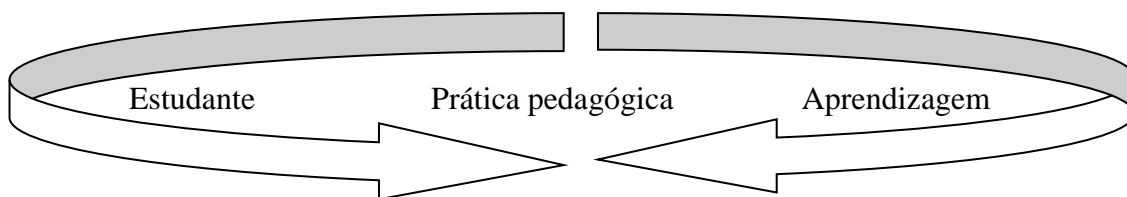
autônoma. Assim em sua prática, o docente do AEE precisa se conduzir com o mesmo ou maior nível de organização e entendimento dos docentes que atuam em diferentes níveis e modalidades de ensino, pois independente de onde esteja, a principal atribuição do “ser professor” é ensinar, e o ensino é sempre permeado de diferentes saberes advindos da realidade, nas diferentes esferas do ambiente escolar e em teorias que subsidiam a prática pedagógica.

Uma prática pedagógica “constrói-se, entre outros, no significado que cada professor, enquanto ator e autor conferem à atividade docente no cotidiano a partir de seus valores, de seu modo de situar-se no mundo, de sua história de vida, de suas representações, de seus saberes [...]”(PIMENTA, 2012, p. 20)”. Neste entendimento, acreditar no trabalho que realiza, tem relevante significado, visto que para qualquer docente, independente da área de atuação, o ensino deve “caracteriza-se pelo desenvolvimento e transformação progressiva das capacidades intelectuais dos alunos em direção ao domínio dos conhecimentos e habilidades”(LIBÂNEO,1994, p.79 ). Nesse sentido, é fundamental conhecer a realidade em que está inserido o estudante a quem está direcionado a prática, pois esse conhecimento possibilita a realização de um trabalho que atenda a cada estudante em sua singularidade.

De acordo com Libâneo “o trabalho docente é uma atividade intencional, planejada conscientemente visando atingir objetivos de aprendizagem (1994, p. 96), sendo assim, planejar e organizar o trabalho é mais que ordenar ideias, é situar o objeto num patamar de intenção que valorize a evolução e desenvolvimento dos estudantes, e a isso, no que se refere a uma prática diária que considere a vivência de cada estudante, apresentada nas nuances de uma proposta pedagógica estruturada para atender aos interesses da educação para o estudante público alvo da Educação Especial, serve muito bem. O atendimento educacional especializado que não atende aos interesses do estudante em sua forma mais simples de compreensão - a aprendizagem - não tem sentido, pois assim, apenas produzirá perda de tempo e descrédito no trabalho, numa situação que possivelmente se diferenciaria, ao produzir resultados que satisfizessem os anseios daqueles que acreditam na educação, mesmo considerando entre outros pontos, o ritmo, os limites, e as possibilidades que cada estudante apresenta em sua especificidade.

Dessa forma, consideramos a prática pedagógica como um dos elementos que se insere no universo escolar de forma majoritária, pois ela faz parte na engrenagem (aqui

representada como a imaginamos), da tríplice composição no contexto de importância da educação escolar:



Esta engrenagem a nosso entender retrata os diversos espaços relativos à escola e os elementos que se fazem presentes, estão numa relação de diferentes patentes em sua constituição. Assim o estudante se apresenta em sua condição de aprendiz, mas contribui em essência e riqueza para o ensino na relação de aprendizagem. Já a prática pedagógica por natureza eleva o espírito num potencial que exprime a contextualização de saberes que integram a condição humana, o que implica confrontar objetividade com a subjetividade na relação estudante e aprendizagem. Assim a aprendizagem coaduna com os elementos facilitadores: estudante e prática pedagógica.

Neste sentido, compreende-se que nesta tríplice composição, os elementos se complementam num âmbito de interação que se apresentam nas idas e vindas em condição de igualdade peculiar. Não há elemento maior ou menor que outro, numa escala de relevância, são iguais à medida que um não se desvincula do outro, pois do contrário o sentido da educação escolar estaria destinado a se consumir numa condição de certeza do fracasso irresoluto.

Partindo desse princípio, a prática pedagógica tem especial importância nos diversos âmbitos da educação escolar, pois em qualquer nível ou modalidade de ensino, seu principal foco se destina ao contexto de desenvolvimento e aprendizagem dos estudantes. Assim, os estudantes, advindos independentemente da origem, condições físicas ou intelectuais, ou qualquer outra forma de se ver, tem seu lugar garantido neste contexto. Esses estudantes de acordo com a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008) fazem parte da Educação especial que tem como público alvo estudantes: com deficiência (àqueles que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial); com transtornos globais do desenvolvimento (aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluindo-se os estudantes com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil); com altas

habilidades/superdotação (potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes).

Esses estudantes, público alvo da Educação Especial, Educação Especial entendida como “modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educando com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (BRASIL, p.33,2013), são aqueles destinados ao atendimento educacional especializado, pois necessitam de uma estrutura de trabalho diferenciada que atenda seus anseios promovendo condição de aprendizagem favorável, considerando que cada estudante é parte integrante do processo educacional e como tal, necessita ser olhado dentro de uma das modalidades de educação e ensino ( Educação Especial) conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional . Para tanto, de acordo com Batista (2011) “o atendimento educacional especializado representa uma inovação para a educação especial e, sendo complementar à escola comum, uma possibilidade para a inclusão” (p.123) inclusão esta, que só é possível de acordo com Sartoretto (2011) se houver respeito à diferença, tendo como consequência “a adoção de práticas pedagógicas que permitam às pessoas com deficiências [público alvo da Educação Especial] aprender e ter reconhecidos e valorizados os conhecimentos que são capazes de produzir, segundo seu ritmo e na medida de suas possibilidades” (p.77).

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), a educação especial se organizou como atendimento educacional especializado, objetivando “assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação,” de forma que as atenções se voltassem para as práticas pedagógicas no intuito de se conduzir a uma Educação Inclusiva, visto que nas última décadas, a Educação inclusiva é um conceito que emerge dos anseios da sociedade, diferente de tempos passados, onde a educação das pessoas com deficiência (público alvo da Educação Especial), acontecia em escolas especiais as quais estavam fortemente vinculadas a modelos clínico-pedagógicos, onde a educação era segregadora e percebia o estudante com deficiência como inábil , incapaz.

Um avanço de inestimável valor em relação a educação das pessoas público alvo da Educação Especial, foi criação da Legislação que garante o direito a inclusão das pessoas com deficiência na escola regular, todavia consideramos que isso não é suficiente para uma consistente mudança na visão social, tendo em vista que “não basta assegurar o direito à

inclusão; é preciso assegurar a inclusão” (PACHECO, 2009, p.10),e isto se faz com a participação de todos em torno de uma transformação de concepção no seio da sociedade. Contudo, a escola é uma instituição que tem como função o despertar de valores que indique esta transformação, tendo em vista que em suas práticas, apresentam as condições necessárias que possibilitam a materialização da mudança. Neste entendimento, o docente agente dessas práticas, aceita o desafio de buscar a cada dia ações que possibilitem a ultrapassagem das barreiras culturalmente constituídas e para isso, utiliza o atendimento educacional especializado, pois ele tem “como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem.” (Resolução MEC/CNE/CEB nº4, 2009, p.1).

Isto posto, a prática pedagógica do professor do AEE, tem função definida no Art. 10 da resolução acima citada, quando apresenta as condições para institucionalização do AEE na escola e dentre a qual,estar contemplada no item “V – professores para o exercício da docência do AEE;” (p.2), se enquadra muito bem, mas numa condição de desafio considerável, visto que até mesmo o reconhecimento do professor está na docência se torna complexo, e por ser uma docência diferenciada e não ser uma docência vista da maneira habitual, onde os professores ministram suas aulas com grande grupo de estudantes e na maioria das vezes em sala de aula comum,os professores do AEE, em muitos casos não são considerados docentes, por ministrar grande parte de seu trabalho na sala de recurso multifuncional<sup>1</sup> com atendimento individual ou em pequeno grupo de estudantes, forma que muitas vezes estar compreendida como função técnica na escola e não como a docência em sua concepção pedagógica.

Na prática pedagógica do professor do AEE, são muitos os entraves que se delineiam ao longo do processo, visto que esta função está invólucro da concepção de inclusão da pessoa com deficiência e esta concepção não é ainda, reconhecida por todos. A mentalidade social acerca da inclusão, ainda diz da não aceitação, do não reconhecimento do direito inalienável de ir e vir, de ocupar todos os espaços sociais e dentre estes a escola regular a sala regular. Percebe-se, ainda uma social estereotipada que não corresponde ao todo, mais a grande parte da sociedade.

---

<sup>1</sup> § 3º As salas de recursos multifuncionais são ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado.( BRASIL, [DECRETO Nº 7.611, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011.](#))

No contexto escolar “o trabalho vem sendo desenvolvido de forma precária, por falta de estrutura, por um número reduzido de professores especializados, capacitados ou mesmo sensibilizados para uma proposta que valorize as diferenças individuais [...]” (CALADO, 2012, p.246). São muitos os descaminhos em relação à prática pedagógica no AEE, visto que essa prática por muitas vezes se dá de forma solitária, sem a presença do “par”, aquele que colabora que orienta que em momentos de angústia e dúvidas, aponta uma via de possibilidade. Esta realidade não é comum em outras práticas pedagógicas no contexto de sala de aula, quando na escola a presença do coordenador pedagógico, orienta e dar suporte em determinadas situações conflituosas, os outros colegas professores, gestor, bibliotecário, administrativos, etc., também dão suporte. Na prática do AEE, é diferente, todos se afastam numa distância segura de proteção, num pensamento (in) consciente “aquele” (se referindo ao estudante com deficiência) é o estudante do professor do AEE, numa incompreensão que “aquele”, como os outros também é estudante da escola, portanto, responsabilidade de todos.

É comum no cotidiano escolar a promoção de discussões - acerca dos problemas diários e experiências vividas - respaldadas na teoria, na busca de alternativas para as dificuldades inerentes ao processo de ensino aprendizagem nos diferentes componentes curriculares, como também em dificuldades de outra ordem inerentes ao interior da escola e ao seu entorno, ou seja, a comunidade na qual está inserida. No que tange ao atendimento educacional especializado, tem-se a impressão, muitas vezes, que este não é reconhecido como parte integrante da escola, que o professor do atendimento não é professor, portanto o seu fazer não é reconhecido como prática pedagógica. A escola não costuma se reportar aos problemas e experiências vividas por este profissional na busca de alternativas. A prática meio que “solitária” desse profissional, se faz ausente das discussões. A reflexão de sua prática se restringe a seu pesar, não é objeto de discussão coletiva. Este busca na incerteza do seu fazer, de forma solitária, a certeza do sucesso que com a presença do outro, num patamar de colaboração, se tornaria muito mais fácil.

Contudo, todas essas vertentes não devem ser elementos que possam inibir o professor do AEE em suas atribuições e ser seu foco de visão, pois considerar apenas as dificuldades, os desajustes na forma de captação do processo, mortifica as possibilidades que estão presentes, na concepção de muitos professores e na constituição de uma proposta de AEE que favorece o desenvolvimento e a aprendizagem do estudante público alvo da Educação Especial, pois “o atendimento educacional especializado deve prover os recursos e os meios adequados para assegurar o acesso ao conhecimento em todas as etapas e níveis de escolaridade” (SÁ,

2011,p.113). Na realidade, no trabalho do AEE, se faz necessário um esforço ainda maior por parte do docente, pois para vencer as adversidades e desafios encontrados no dia a dia de sua prática na promoção do AEE, necessita em maior intensidade, da colaboração de todos que compõe a escola, visto que neste trabalho, são necessários dentre outros, recursos e meios, condições que nem sempre são encontradas nas escolas. A interação com o outro é muito importante e faz toda a diferença, pois na relação com o outro, o docente aprende, se transforma e se fortalece para vencer desafios. Neste sentido “trabalhar não é exclusivamente transformar um objeto em alguma outra coisa, em outro objeto, mas é envolver-se ao mesmo tempo numa práxis fundamental em que o trabalhador também é transformado por seu trabalho [...]” (TARDIF e LESSARD, 2011, p.28), neste contexto, o docente do AEE, deve esforçar-se para realizar um trabalho que envolva toda comunidade escolar, orientado pela legislação, considerando o que está posto no Decreto nº 7611 da Presidência da República, ou seja:

O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família para garantir pleno acesso e participação dos estudantes, atender às necessidades específicas das pessoas público-alvo da educação especial, e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas (Art. 2º, §2º).

Também é importante considerar no mesmo Decreto no Art. 3º, os objetivos do atendimento educacional especializado, que são:

I - prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes; II - garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular; III - fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e IV - assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino.

Para tanto, a prática do professor do AEE, deve se fazer presente, não apenas no contexto da sala de recurso multifuncional, mas em toda amplitude do contexto escolar, porque isso pode definir o sucesso de seu trabalho. O professor em sua prática necessita de parceiros para realização de suas atribuições, as quais estão bem definidas na legislação.

O Art. 13 da Resolução nº 4 define as atribuições do professor do Atendimento Educacional Especializado, as quais são apresentadas na íntegra aqui, para maiores esclarecimentos:

I – identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial;

- II – elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;
- III – organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais;
- IV – acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;
- V – estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;
- VI – orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;
- VII – ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação;
- VIII – estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares.

Estas atribuições se apresentam como norte para a organização da prática pedagógica no AEE, visto que a partir dela, o trabalho se torna organizado, com um direcionamento que por si só já atende aos preceitos da educação inclusiva, quando em seu entendimento busca favorecer a aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes com deficiência nos diferentes espaços da escola, ratificando a importância de participação desses estudantes no universo escolar.

No que tange as suas atribuições, o professor também deve seguir um caminho de organização de uma prática que considere as variações necessárias para realização de um trabalho significativo, ou seja, ele deve estar atento às situações que surgem na experiência diária de forma a se fazer presente, intervindo em situações que emergem, na proposição de resolução imediata, pois em muitos casos, para o sucesso do trabalho do atendimento educacional especializado, se faz necessário que a condução imediata das ações, que dessa maneira podem fazer a diferença.

## **Metodologia**

Este trabalho que está em andamento, se justifica, à medida que exige um olhar mais apurado, quando analisamos as dificuldades enfrentadas pelo docente em sua prática no Atendimento Educacional Especializado- AEE , sendo que muitas dessas dificuldades se dão por falta de conhecimento legal que a sustente. O docente do AEE precisa ser um pesquisador que recicle sua prática no cotidiano, que tenha conhecimentos formais e informais acerca de cada estudante que lhe é direcionado.



Compreendemos que se faz necessário, entre outras questões, uma reflexão acerca da temática proposta, para todos os profissionais da escola e em especial os professores do AEE, diante de importância dessa prática no contexto escolar numa perspectiva de inclusão, pois uma prática com base legal que a sustente, favorecerá o trabalho pedagógico significativo na premissa de superar as dificuldades que possivelmente virão, encontrando estratégias, na perspectiva de contribuir para o desenvolvimento das potencialidades dos estudantes com deficiência.

A pesquisa tem como propósito apreender e analisar a prática pedagógica do docente no Atendimento Educacional Especializado. Para tanto, assumindo princípios metodológicos que envolvem um balanço bibliográfico acerca das atribuições do professor do AEE, e dos princípios que envolvem esta função e uma pesquisa de campo voltada para a apreensão da organização curricular e prática pedagógica no AEE. Esta pesquisa está sendo realizada em uma escola, do município de Igarassu estado de Pernambuco, que atende estudantes público alvo da Educação Especial inclusos no ensino regular. Na coleta dos dados estamos fazendo uso de observações e entrevistas, pois “alguns pesquisadores reúnem dados através de entrevista e observações, técnicas normalmente associadas aos métodos qualitativos” (STRAUSS, 2008, p.24-24). A abordagem metodológica é de cunho qualitativo, uma vez que a ênfase está sendo dada ao processo de investigação considerando a subjetividade do pesquisador.

## **Resultados**

Tendo em vista que a pesquisa encontra-se em andamento, os dados coletados não são suficientes para uma tomada de posição acerca da elucidação do problema: a prática pedagógica de professores do atendimento educacional especializado, de uma escola do município de Igarassu, considera os pressupostos que orientam essa prática? Contudo, os dados analisados até o momento sugerem a confirmação da hipótese, ou seja, a prática pedagógica de professores do AEE do referido município, na sua maioria, não considera os pressupostos teóricos que a orientam, melhor dizendo, as práticas observadas até o momento, não estão baseadas em pressupostos teóricos que a sustentem, estão acontecendo de forma empírica, o que pouco contribui para aprendizagem do público alvo da Educação Especial.

Assim o objetivo de investigar se prática pedagógica de professores do atendimento educacional especializado, de uma escola do município de Igarassu, considera os pressupostos teóricos que orientam essa prática está na iminência de ser alcançado, porém ainda necessita

de mais subsídios para haja uma tomada de decisão. A relevância da pesquisa, parte da premissa que o AEE é espaço de formação continuada para todos os sujeitos da escola especialmente o professor, desencadeando momentos de reflexões sobre as práticas e ações desenvolvidas no contexto escolar, levando em consideração a importância do papel que os sujeitos têm, no desenvolvimento dos estudantes público alvo da Educação Especial inclusos no ensino regular.

## **Conclusão**

A pesquisa, por não estar concluída, não é possível responder ao problema, atendendo assim ao objetivo proposto. Contudo acreditamos que a mesma possa contribuir para o processo de formação do professor no AEE, levando-o a refletir sobre a importância do conhecimento teórico, pois o mesmo favorece competências e atitudes de forma que possa proporcionar aos estudantes público alvo da Educação Especial, a minimização ou superação das dificuldades de aprendizagem, bem como, o desenvolvimento de suas potencialidades, permitindo-lhes o total exercício da cidadania, princípio básico da educação inclusiva.

A prática pedagógica no AEE baseada em pressupostos teóricos implica na reestruturação de diversos fatores pertencentes à Educação Especial como um todo, de forma que possa atender a todos os estudantes com deficiência inclusos, dando condições igualitárias, considerando que uma escola inclusiva necessita que seus sujeitos tenham conhecimentos para que a venda dos olhos da ignorância seja coisa do passado.

Apesar do trabalho não está concluído, já se vislumbra a necessidade de outras pesquisas para preenchimento de lacunas que certamente serão evidenciadas no processo de investigação e análise.

## **Referências**

BATISTA.Cristina Abranches Mota. Atendimento Educacional Especializado para pessoas com deficiência mental. In MANTOAN.Maria Teresa Eglér. **O desafio das diferenças nas escolas.**( organizadoras) 3. ed. Petrópolis, RJ:Vozes,2011.

BRASIL, Presidência da Republica, Casa Civil. **Decreto nº 7.611**, de 17 de novembro de 2011.

BRASIL. MEC/CNE/CEB.**Resolução nº 4, 2009**. Disponível em [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=16761&Itemid=1123](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16761&Itemid=1123), Acesso em 22/03/2014 as 11:28.

BRASIL. **Política nacional de educação especial na perspectiva de educação inclusiva**. Disponível. [http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica\\_nacional\\_educacao\\_especial.pdf](http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf) f acesso em 22/03/2014 as 19:17

BRASIL. Presidência da República, **decreto nº 7611** de 17 de novembro de 2011. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm#art1](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm#art1) acesso em 22/03/2014 as 16:30

BRASIL. LDB : **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** : Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional [recurso eletrônico]. – 8. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013.

CALADO, Maria Jose. A educação inclusiva na Educação de Jovens e Adultos : Pensamento consonante com a pedagogia freireana. In JÓFILI, Zélia. GOMES, Fatima. **Paulo Freire: diálogo e práticas educativas**. Recife, Centro Paulo Freire: Ed. Bagaço, 2012. (Coleção Paulo Rosas; v.13)

PACHECO, Jose [et al ]. **Caminhos para a Inclusão**: um guia para o aprimoramento da equipe escolar. Porto Alegre: Artmed 2008.

TARDIF, Maurice. LESSARD, Claude. **O trabalho docente**: elementos para uma teoria da docência como profissão de interação humana. Tradução de João Batista Kreuch. 6.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo : Cortez , 1994.

SÁ, Elizabet Dias de. Atendimento educacional especializado para alunos cegos e com baixa visão. In MANTOAN, Maria Teresa Eglér (organizadora) . **O desafio das diferenças nas escolas**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011

SARTORETTO, Mara Lúcia. Inclusão: da concepção à ação In MANTOAN, Maria Teresa Eglér (organizadora) . **O desafio das diferenças nas escolas**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.